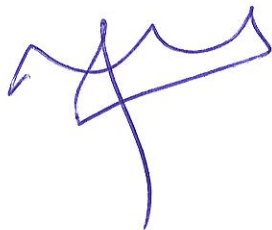


2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA- EMPRESA MUNICIPAL:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração dos estatutos (artº 5º) dos Transportes Urbanos de Braga – Empresa Municipal, que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao Livro de Atas.

A m d Estn.

2105.28



Exmo(a) Sr(a)

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio

Praça do Município

4700 Braga

V/ Ref.ª:

Data:

N/ Ref.ª: 67/ADM

Data:26-05-2021

Assunto: Alteração aos Estatutos

Ex.mo Sr. Presidente, da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio,

A fim de ser submetido à apreciação do executivo municipal, serve o presente para remeter a V.Exª. a proposta de alteração aos Estatutos (Artigo 5º - Atribuições).

Com os nossos melhores cumprimentos,
A ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Redação Atual	Redação Final
<p>Artigo 5º</p> <p>Atribuições</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Constituem atribuições da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.: <ol style="list-style-type: none"> a. Assegurar a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros de acordo com os objetivos setoriais definidos pelo Município de Braga. b. Assegurar a colocação de sinalização indicativa dos locais de entrada e saída dos passageiros utentes da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., a instalação de abrigos de passageiros destinados aos mesmos clientes em articulação com o Município de Braga. c. A promoção e gestão de infraestruturas urbanas, incluindo mobiliário urbano afeto às áreas de intervenção que sejam relacionadas com a atividade da empresa municipal para a prossecução do seu objeto social; d. Elaboração e promoção de estudos e projetos; e. A promoção, exploração e gestão de equipamentos, que lhe sejam afetos; f. A promoção, exploração e gestão de estacionamento público urbano e de parques de estacionamento, que lhe sejam afetos; g. Fazer cumprir as disposições legais, os regulamentos e posturas municipais relativas a estacionamento tarifado; h. Fiscalizar, nos termos definidos na lei, o cumprimento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, das disposições do Código da Estrada e das normas constantes de legislação complementar, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga; i. A prestação de informação pública sobre os circuitos de transportes públicos cuja exploração se propõe, horários respetivos e demais informações que for útil conhecer; 	<p>Artigo 5.º</p> <p>Atribuições</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Constituem atribuições da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.: <ol style="list-style-type: none"> a. Assegurar a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros de acordo com os objetivos setoriais definidos pelo Município de Braga. b. Assegurar a colocação de sinalização indicativa dos locais de entrada e saída dos passageiros utentes da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., a instalação de abrigos de passageiros destinados aos mesmos clientes em articulação com o Município de Braga. c. A promoção e gestão de infraestruturas urbanas, incluindo mobiliário urbano afeto às áreas de intervenção que sejam relacionadas com a atividade da empresa municipal para a prossecução do seu objeto social; d. Elaboração e promoção de estudos e projetos; e. A promoção, exploração e gestão de equipamentos, que lhe sejam afetos; f. A promoção, exploração e gestão de estacionamento público urbano e de parques de estacionamento, que lhe sejam afetos; g. Gerir, explorar e fiscalizar o cumprimento das disposições do Código da Estrada, de legislação rodoviária complementar e dos Regulamentos e Posturas Municipais relativos ao estacionamento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga; h. A prestação de informação pública sobre os circuitos de transportes

- j. A disponibilização de meios alternativos de transporte público urbano;
 - k. A prestação de serviços na área de educação e sensibilização no âmbito da mobilidade urbana.
2. Incluem-se, também, no objeto da empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa prossecução do seu objeto social.

- públicos cuja exploração se propões, horários respetivos e demais informações que for útil conhecer;
- i. A disponibilização de modos alternativos de transporte público urbano;
- j. A prestação de serviços na área de educação e sensibilização no âmbito da mobilidade urbana;
- k. Proceder à liquidação, emissão de certidão de dívida e cobrança de dívidas, voluntária ou coerciva através do processo de execução fiscal, designadamente através de protocolo com a entidade competente, cujo produto reverte em 100% a seu favor, provenientes de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, incluindo a instrução e decisão de pagamento em prestações;
- l. Proceder à receção, instrução e decisão de reclamações apresentadas no seguimento de aplicação de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, e ainda a participação processual no domínio das correspondentes impugnações judiciais;
- m. Proceder à emissão de autos de notícia, instauração, instrução, decisão, revogação, cobrança voluntária, promoção de cobrança coerciva e participação em impugnações judiciais, no domínio de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves, relacionadas com o estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em Zonas de estacionamento de Duração Limitada, incluindo a

	<p>aplicação de coimas bloqueios, remoções, depósitos e custas, revertendo o produto das coimas para o Município, nos termos do art.º 6º nº 3 do Decreto-Lei nº 107/2018 de 29 de novembro.</p> <p>2. Incluem-se, também, no objeto da empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa prossecução do seu objeto social.</p>
--	---

O artigo 5º, passa a ter assim, a seguinte redação:

“ARTIGO 5º

Atribuições

1. Constituem atribuições da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.:
 - a) Assegurar a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros de acordo com os objetivos setoriais definidos pelo Município de Braga.
 - b) Assegurar a colocação de sinalização indicativa dos locais de entrada e saída dos passageiros utentes da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., a instalação de abrigos de passageiros destinados aos mesmos clientes em articulação com o Município de Braga.
 - c) A promoção e gestão de infraestruturas urbanas, incluindo mobiliário urbano afeto às áreas de intervenção que sejam relacionadas com a atividade da empresa municipal para a prossecução do seu objeto social;
 - d) Elaboração e promoção de estudos e projetos;
 - e) A promoção, exploração e gestão de equipamentos, que lhe sejam afetos;
 - f) A promoção, exploração e gestão de estacionamento público urbano e de parques de estacionamento, que lhe sejam afetos;
 - g) Gerir, explorar e fiscalizar o cumprimento das disposições do Código da Estrada, de legislação rodoviária complementar e dos Regulamentos e Posturas Municipais relativos ao estacionamento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga;
 - h) A prestação de informação pública sobre os circuitos de transportes públicos cuja exploração se propões, horários respetivos e demais informações que for útil conhecer;

- i) A disponibilização de modos alternativos de transporte público urbano;
 - j) A prestação de serviços na área de educação e sensibilização no âmbito da mobilidade urbana;
 - k) Proceder à liquidação, emissão de certidão de dívida e cobrança de dívidas, voluntária ou coerciva através do processo de execução fiscal, designadamente através de protocolo com a entidade competente, cujo produto reverte em 100% a seu favor, provenientes de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, incluindo a instrução e decisão de pagamento em prestações;
 - l) Proceder à receção, instrução e decisão de reclamações apresentadas no seguimento de aplicação de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, e ainda a participação processual no domínio das correspondentes impugnações judiciais;
 - m) Proceder à emissão de autos de notícia, instauração, instrução, decisão, revogação, cobrança voluntária, promoção de cobrança coerciva e participação em impugnações judiciais, no domínio de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves, relacionadas com o estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em Zonas de estacionamento de Duração Limitada, incluindo a aplicação de coimas bloqueios, remoções, depósitos e custas, revertendo o produto das coimas para o Município, nos termos do art.º 6º nº 3 do Decreto-Lei nº 107/2018 de 29 de novembro.
2. Incluem-se, também, no objeto da empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa prossecução do seu objeto social.